

RELATÓRIO Nº DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 60, de 2016 (Mensagem nº 346, de 22 de junho de 2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO é filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho e nasceu em 13 de fevereiro de 1961, em Curitiba (PR).

Em 1985, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, como pré-requisito para ingressar, no ano seguinte, como Terceiro-Secretário, na carreira diplomática. Em 1988, pós-graduou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (DF). Em 1995, no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e, em 2007, teve aprovada sua tese “As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros”, como corolário do Curso de Altos Estudos (CAE) daquela instituição.

Em 2004, ascendeu a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2015, a Ministro de Primeira Classe. Todas as ascensões por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Primeiro-Secretário, de 2003 a 2007, na Delegação Permanente em Genebra; Chefe de Gabinete, de 2008 a 2009, da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior; Chefe da Divisão de Serviços Gerais, de 2009 a 2010; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, de 2010 a 2013; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I em 2013; e, de 2013 até o presente, Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, tais como: a Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, no Panamá (2010); a II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, em Kuala Lumpur (2010); a IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Cali (2010); a XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, em Nairóbi (2010); a II

Sessão da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2010); a Reunião do Grupo Inter-regional de Negociação do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2010); a V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em Nagoya (2010); a 13ª Sessão da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO, em Roma (2011); a X Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, em Changwon (2011); a II Sessão Plenária de Negociação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), no Panamá (2012); a XVI Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2012); a VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em Hyderabad (2012); a 48ª Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), em Yokohama (2012); a Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Financiamento Florestal do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, em Viena (2013); a I Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), em Bonn (2013); e a XVI Conferência das Partes na Convenção sobre Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), em Bangkok (2013).

O diplomata indicado recebeu, em 2001, a Medalha do Mérito Tamandaré; em 2002, a Ordem do Mérito, da Itália, no grau de Cavaleiro; em 2003, a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial; em 2008, a Medalha Mérito Santos Dumont; e, em 2015, a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Complementando seu histórico profissional e acadêmico, registre-se sua publicação “Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos”, no periódico Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2, em 2015.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República de Angola, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km² de extensão, o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o Português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, 4 encontros no âmbito daquela Comissão.

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, um total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Ademais, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto de forma a adequar-se à nova lei brasileira de acesso à informação. A assinatura do referido acordo permitirá a intensificar ainda mais a cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Angola é nosso sexto parceiro comercial na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US\$ 1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US\$ 1,44 bilhão em 2010, US\$ 1,51 bilhão em 2011 e US\$ 1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US\$ 2 bilhões em 2013 e US\$ 2,4 bilhões em 2014). Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US\$ 680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica no país africano.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (5º maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolanas, e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 08 de setembro de 2016.

Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Cristovam Buarque, Relator